

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FELIPE NASCIMENTO LADEIRA

**PERCEPÇÃO DISCENTE QUANTO A ABORDAGEM E CONHECIMENTO  
DO SPED DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRJ: DESAFIOS  
PARA O AVANÇO DA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA**

RIO DE JANEIRO – RJ

2021

FELIPE NASCIMENTO LADEIRA

**PERCEPÇÃO DISCENTE QUANTO A ABORDAGEM E CONHECIMENTO DO  
SPED DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRJ: DESAFIOS PARA O  
AVANÇO DA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Administração  
e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial necessário à  
obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Dilo Sergio de Carvalho Vianna

RIO DE JANEIRO – RJ

2021

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1.</b> Conhecimento a respeito dos tributos	24
<b>Tabela 2.</b> Conhecimento a respeito dos encargos sociais	25
<b>Tabela 3.</b> Conhecimento a respeito das obrigações acessórias	25
<b>Tabela 4.</b> Conhecimento sobre os módulos do SPED	26
<b>Tabela 5.</b> Preparação para atuar no mercado de trabalho com os módulos do SPED	27

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Tributos brasileiros e marco regulatório	9
<b>Quadro 2:</b> Elisão fiscal e evasão fiscal	11
<b>Quadro 3:</b> Projetos que compõem o SPED	13
<b>Quadro 4:</b> Lacunas e sugestões de pesquisas identificadas	18
<b>Quadro 5:</b> Faixa etária e sexo dos alunos participantes	22
<b>Quadro 6:</b> Atuação profissional e período que os alunos estão cursando	22

**LADEIRA, F. N. Percepção discente quanto a abordagem e conhecimento do SPED do curso de ciências contábeis da UFRJ: desafios para o avanço da contabilidade tributária.** Rio de Janeiro, 2020. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

## **RESUMO**

Esta pesquisa procurou identificar a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ quanto aos seus conhecimentos sobre o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e seus respectivos módulos. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, contando com a aplicação de um questionário junto a 45 estudantes do referido curso, de modo online. Os resultados mostraram que, em geral, os níveis de conhecimento sobre o SPED são baixos. No entanto, quando se analisou módulos específicos, observou-se que os alunos julgaram conhecer, total ou parcialmente o SPED, de Notas Fiscais e o e-Social. Porém, a maioria ainda se sente totalmente despreparada para atuar com esses módulos no mercado de trabalho. Esses apontamentos abrem uma lacuna sobre o SPED e as universidades, pois o grande problema está na preparação dos alunos para atuar no mercado de trabalho, e não apenas no conhecimento da ferramenta. Por isso, recomenda-se que os cursos de ciências contábeis das universidades busquem atuar de modo que preparem os alunos dando ênfase na dimensão da atuação no mercado de trabalho com os módulos do SPED, seja com aulas práticas, estudos de casos, seminários ou outras metodologias.

**Palavras-chave:** Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Contabilidade Tributária. Módulos do SPED.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>8</b>
2.1. CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	8
2.2. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL	11
2.3. ESTUDOS SOBRE O SPED	14
2.4. LIMITAÇÕES E LACUNAS DE PESQUISA SOBRE O SPED	18
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>20</b>
3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	20
3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS E AMOSTRA	20
3.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	21
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>22</b>
4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES	22
4.2. CONHECIMENTOS TRIBUTÁRIO E TRABALHISTA	23
4.3. CONHECIMENTOS SOBRE O SPED	26
4.4. DISCUSSÃO E COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS	28
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DE PESQUISAS FUTURAS</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em meio ao cenário competitivo do mercado que norteia as empresas, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, a gestão tributária é de suma importância, sobretudo para a criação de mecanismos práticos voltados para responsabilidade fiscal e criação de valor das companhias, no que diz respeito aos aspectos tributários (IUDÍCIBUS; POHLMANN, 2008).

Com isso, existem inúmeras formas de a contabilidade abordar as práticas tributárias e a gestão tributária nas empresas, justamente pelo fato delas se enquadrarem em diferentes categorias de tributação – que variam de acordo com o seu porte, segmento empresarial, região geográfica, entre outros aspectos (ARAÚJO NETO; SILVA, 2009). Nessa perspectiva, a contabilidade tributária é inerente às atividades profissionais do Contador e o uso de sistemas informatizados de escrituração contábil vem se destacando e reconfigurando as práticas contábeis e tributárias nos últimos anos (ELOJY JUNIOR; SOARES; CASAGRANDE, 2014).

Com a necessidade de as entidades apresentarem de maneira mais clara e transparente as exigências da legislação fiscal, o Governo Federal por meio do Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007 instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) (BRASIL, 2007), com o objetivo de proporcionar às empresas a possibilidade de elaborar informações fiscais mais claras e padronizadas que auxiliem também o processo de tomada de decisões dos usuários destas informações (ORIGUELA, 2017).

O SPED é um sistema completamente computadorizado, o que produz diversos benefícios tanto aos órgãos reguladores quanto as entidades, tais como:

“Dificultar as sonegações Fiscais; Redução do tempo despendido com a presença de auditores-fiscais dos estados, municipais e da receita federal nas instalações do contribuinte; Melhora a qualidade das informações; Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais” (ORIGUELA, 2017, p. 49).

Entre os 12 projetos que constituem o SPED, alguns deles se destacam, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) e a Escrituração Digital do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), denominado EFD-ICMS/IPI, além do SPED Contábil, voltado para o preenchimento do livro diário e livro razão.

Diante deste contexto, observa-se uma certa complexidade tanto para o uso, quanto para a compreensão da ferramenta SPED, como um todo. Os autores Jordão et al. (2018) apontam a necessidade do preparo dos contadores face ao melhor uso das ferramentas do SPED. Contudo, é necessário dentro deste processo o engajamento dos cursos de ensino superior de

contabilidade, seja na abordagem, conceituação e explicação da ferramenta, ou nas propostas para sua melhoria (ROCHA; CARVALHO, 2012).

Verificou-se alguns estudos ao longo da década que já pesquisaram esse tema como os de Rocha e Carvalho (2012), Caon e Nascimento (2017), Assunção (2018) e Santos (2019). A principal constatação foi o baixo conhecimento e pouco preparo para atuarem no mercado com as ferramentas do SPED, na percepção destes alunos e/ou profissionais pesquisados.

Diante dos resultados dos trabalhos que apontam para as limitações dos profissionais de contabilidade em relação ao SPED, parece sugerir uma lacuna na formação do profissional. Assim, surge a necessidade de se investigar qual a percepção dos alunos de ciências contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro acerca do SPED.

Diante deste contexto, esse trabalho optou por verificar a formação dos profissionais de contabilidade em relação ao SPED, em particular dos discentes do curso de ciências contábeis da UFRJ. Assim, o objetivo geral deste estudo é de identificar a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis da UFRJ quanto os seus conhecimentos sobre o SPED e seus respectivos módulos (subprojetos).

Os objetivos específicos do estudo foram definidos da seguinte forma: (1) Identificar o perfil dos alunos participantes; (2) identificar e apresentar, na percepção dos discentes, os seus conhecimentos tributários e trabalhistas; e (3) identificar o conhecimento e o preparo para atuar no mercado, dos alunos da UFRJ acerca das ferramentas do SPED.

Ao pesquisar o problema em uma das principais universidades do país, uma vez que não foram observadas pesquisas sobre o SPED na UFRJ, este trabalho espera contribuir para o mercado de trabalho e para os contadores de forma geral. O intuito é diagnosticar o problema na formação sobre os módulos do SPED, de forma que possibilite constatar a percepção dos alunos sobre seus conhecimentos e preparo, e sugerir possíveis melhorias vindas do ponto de vista dos alunos do próprio curso.

A estrutura do trabalho segue da seguinte maneira: a seção um apresenta a introdução com os objetivos e importância da pesquisa; a seção dois mostra o referencial teórico; a seção três a metodologia; a seção quatro apresenta a análise dos resultados, discutindo-os e comparando-os; a seção cinco tece as considerações finais e recomenda pesquisas futuras. Por fim, apresenta-se as referências utilizadas e o anexo com o questionário aplicado junto aos estudantes.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A cobrança de tributos pode ser considerada uma prática antiga e muito comum nas diferentes formas de organizações da sociedade. Ou seja, em praticamente todos os lugares do mundo a cobrança de tributos é uma prática sistêmica, embora impacte de maneira diferente e desproporcional as diferentes classes econômicas e sociais.

No Brasil, o marco regulatório dos tributos está assentado principalmente no Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966; e pelo Sistema Tributário Nacional através do artigo 145 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998). O CTN (1966, p. 5), em seu artigo 3º, define tributo como sendo: “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante a atividade administrativa plenamente vinculada”.

Os tributos no Brasil são classificados em três diferentes categorias: (1) impostos; (2) taxas; e (3) contribuições de melhorias.

“Os impostos são tributos cuja obrigação independe de qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte; as taxas, por sua vez, são cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos ao contribuinte e as contribuições de melhoria são tributos instituídos para fazer face ao custo de obras públicas” (ALMEIDA et al., 2017, p. 38).

Os tributos são objetos de pesquisas para diversas áreas do conhecimento como a Contabilidade Tributária, Direito Tributário, Economia Política, entre outras, além de influenciarem e impactarem políticas públicas, negócios empresariais, política entre outros aspectos de extrema relevância para a sociedade brasileira.

Atualmente existem 93 tributos no Brasil, o que o deixa como um país com uma das maiores cargas tributárias do mundo. O Quadro 1 apresenta a relação de tributos no Brasil:

**Quadro 1: Tributos brasileiros e marco regulatório**

<b>Tributo e marco regulatório</b>	<b>Tributo e marco regulatório</b>
01. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM - Lei 10.893/2004	47. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
02. Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC) - Lei 5.461/1968	48. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e jurídica)
03. Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional - CCCCN - art. 11 da Lei 7.291/1984	49. Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)
04. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - Lei 10.168/2000	50. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
05. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação" - Decreto 6.003/2006	51. Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos (ITBI).
06. Contribuição ao Funrural - Lei 8.540/1992	52. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
07. Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955	53. INSS ("Contribuição Previdenciária") de Autônomos e Empresários
08. Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT), ou GIL-RAT	54. INSS ("Contribuição Previdenciária") de Empregados
09. Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990	55. INSS ("Contribuição Previdenciária") Patronal sobre a Folha de Pagamento
10. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - Decreto-Lei 8.621/1946	56. IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).
11. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes (SENAT) - Lei 8.706/1993	57. Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
12. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Lei 4.048/1942	58. Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro
13. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) - Lei 8.315/1991	59. Taxa de Avaliação in loco das Instituições de Educação e Cursos de Graduação - Lei 10.870/2004
14. Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) - Lei 9.403/1946	60. Taxa de Avaliação da Conformidade - Lei 12.545/2011 - art. 13
15. Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) - Lei 9.853/1946	61. Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias - Decreto-Lei 1.899/1981
16. Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) - art. 9, I, da MP 1.715-2/1998	62. Taxa de Coleta de Lixo
17. Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) - Lei 8.706/1993	63. Taxa de Combate a Incêndios
18. Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados)	64. Taxa de Conservação e Limpeza Pública
19. Contribuição Confederativa Patronal (das empresas)	65. Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais - TCIF - Lei 13.451/2017
20. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - Lei 10.336/2001	66. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA - Lei 10.165/2000
21. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Remessas Exterior - Lei 10.168/2000	67. Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Lei 10.357/2001, art. 16
22. Contribuição para a Assistência Social e Educacional aos Atletas Profissionais - FAAP - Decreto 6.297/2007	68. Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)
23. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Emenda Constitucional 39/2002	69. Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC - Lei 11.292/2006
24. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - art. 32 da Medida Provisória 2228-1/2001 e Lei 10.454/2002	70. Taxa de Fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA - art. 13 e 14 da MP 437/2008
25. Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - art. 32 da Lei 11.652/2008	71. Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - Lei 7.940/1989
26. Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - art. 8º da Lei 12.546/2011	72. Taxa de Fiscalização de Sorteios, Brindes ou Concursos - art. 50 da MP 2.158-35/2001
27. Contribuição Sindical Laboral	73. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Lei 9.782/1999, art. 23
28. Contribuição Sindical Patronal	74. Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC - Lei 10.834/2003
29. Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).	75. Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta - art. 48 a 59 da Lei 12.249/2010
30. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).	76. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar - art. 12 da Lei 12.154/2009
31. Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, CREA, CRECI, CORE, etc.)	77. Taxa de Licenciamento Anual de Veículo - art. 130 da Lei 9.503/1997
32. Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.	78. Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas instalações - Lei 9.765/1998
33. DPVAT - leia porque DPVAT é classificado como tributo?	79. Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal
34. Fundo Aeroviário (FAER) - Decreto Lei 1.305/1974	80. Taxa de Pesquisa Mineral DNP - Portaria Ministerial 503/1999
35. Fundo de Combate à Pobreza - art. 82 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, instituído pela EC 31/2000	81. Taxa de Serviços - TS - Zona Franca de Manaus - Lei 13.451/2017
36. Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF - Convênio ICMS 42/2016	82. Taxa de Serviços Metrológicos - art. 11 da Lei 9.933/1999
37. Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) - Lei 5.070/1966 com novas disposições da Lei 9.472/1997	83. Taxa de Utilização de Selo de Controle - art. 13 da Lei 12.995/2014
38. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Lei 5.107/1966	84. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)
39. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) - art. 6 da Lei 9.998/2000	85. Taxa de Outorga e Fiscalização - Energia Elétrica - art. 11, inciso I, e artigos 12 e 13, da Lei 9.427/1996
40. Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) - art.6 do Decreto-Lei 1.437/1975 e art. 10 da IN SRF 180/2002	86. Taxa de Outorga - Rádios Comunitárias - art. 24 da Lei 9.612/1998 e nos art. 7 e 42 do Decreto 2.615/1998
41. Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Fundtel) - Lei 10.052/2000	87. Taxa de Outorga - Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários - art. 77, incisos II e III, a art. 97, IV, da Lei 10.233/2001
42. Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	88. Taxas de Saúde Suplementar - ANS - Lei 9.961/2000, art. 18
43. Imposto sobre a Exportação (IE)	89. Taxa de Utilização do SISCOMEX - art. 13 da IN 680/2006
44. Imposto sobre a Importação (II)	90. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)
45. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	91. Taxas Judiciais
46. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	92. Taxas Processuais do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - art. 23 da Lei 12.529/2011

Fonte: Portal Tributário (2020).

Alguns dos tributos listados no Quadro 1 são referências na área de contabilidade, sobretudo por fazerem parte da realidade das empresas e dos negócios empresariais e comerciais. São eles, os mais comuns e bastantes relevantes: IPI; O ICMS; o ISSQN; PIS/PASEP; COFINS; entre outros.

É importante que se diferencie os tributos, a contabilidade tributária e o planejamento tributário. Os tributos, como mostrados anteriormente, são obrigações pecuniárias que os cidadãos devem arrecadar para o Estado a fim de que ele possa devolver essas contribuições compulsórias em forma de bem-estar social.

Já a contabilidade tributária faz uso dos tributos, como um instrumento de estudo ou objeto de pesquisa, para que possa refletir sobre esse tema e incorporar na prática contábil intervenções e simulações que possam potencializar não apenas as atividades da empresa, mas também a arrecadação do Estado, tendo em vista as linhas de estudo em contabilidade pública (OLIVEIRA et al., 2009).

O planejamento tributário se difere por ser um conjunto de método (ou apenas um método de planejamento) que busca gerenciar e diminuir o impacto da carga tributária nas atividades e nos resultados das empresas (OLIVEIRA et al., 2009). Para Almeida et al. (2017, p. 38): “[...] o Planejamento Tributário é um método da Contabilidade que tem como base amplo conhecimento da legislação tributária vigente e é de vital importância para a gerência de tributos de uma entidade com a finalidade de reduzir a carga tributária sem infringir a legislação”.

Por isso, é importante entender que o planejamento tributário tem bastante ligação com a prática contábil e exige capacidade e dinamismo dos profissionais da área.

“Como ponto de partida para a estruturação do planejamento tributário, o profissional deve ter habilidades de acompanhar, interpretar, aplicar e fazer cumprir a legislação tributária, buscando a redução de carga tributária, tarefa não tão simples levando em consideração a complexidade das normativas tributárias brasileiras” (ALMEIDA et al., 2017, p. 38).

Ademais, é importante compreender o conceito de planejamento tributário. De acordo com Vey e Bornia (2010, p. 326), o planejamento tributário “[...] é um instrumento usado por várias empresas, que por meio de estudos e análises consegue aproveitar incentivos fiscais existentes como também enquadrar as empresas em formas de tributação que mais lhe convém, com o intuito de minimizar seus efeitos no resultado da empresa”.

Desse modo, o planejamento tributário tem na sua prática a atuação sobre os tributos, além do domínio das formas de apuração, conhecimento dos tributos e formas de pagamento e recolhimento deles. Assim, de acordo com Vey e Bornia (2010, p. 237), o planejamento tributário:

“[...] representa um conjunto de medidas e atos tomados pelo contribuinte no sentido de organizar sua vida econômico-fiscal, a fim de possibilitar que a gama de negócios, investimentos e lucros dessa pessoa jurídica sofram, na esfera da legalidade, a menor carga tributária possível” (VEY; BORNIA, 2010, p. 327).

O Quadro 2 abaixo diferencia as práticas de planejamento tributário difundida na literatura, sendo elas a evasão e a elisão fiscal.

**Quadro 2:** Elisão fiscal e evasão fiscal

<b>Evasão Fiscal (Sonegação Fiscal)</b>	<b>Elisão Fiscal (Planejamento dos Tributos)</b>
Illegal (contrário às leis)	Legal
Passível de sanção penal (crime de sonegação fiscal)	Não é passível de sanção
Medida adotada após a ocorrência do fato gerador	Medida adotada antes da ocorrência do fato gerador
Deve ser combatida	Deve ser estimulada

Fonte: Sousa Neto et al. (2014, p. 96).

Em um país como o Brasil, onde a carga tributária tem um volume alto, a elisão e a evasão fiscal são mecanismos muito procurados pelas empresas. A elisão fiscal é a forma de se procurar a redução dos tributos de maneira lícita, enquanto a evasão fiscal é a forma ilícita, ou seja, a maneira ilegal de se procurar a redução dos tributos incidentes sobre as atividades da empresa (VEY; BORNIA, 2010).

## 2.2. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto Nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007). O SPED fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal na época da criação. O SPED se configurou em escriturações e documentos fiscais assim como registros de apuração de impostos referentes ao conjunto de transações praticadas pelo contribuinte (SILVA et al. 2014).

O SPED utiliza a certificação digital como assinatura e bloqueio de conteúdo dos documentos eletrônicos, visando a garantia jurídica destes documentos. Young (2009) destaca os objetivos do SPED, sendo eles: redução de despesa com a dispensa do papel; racionalização e simplificação das obrigações acessórias; uniformização das informações aos entes federativos; redução de tempo e fraudes; simplificação nos procedimentos; e maior controle e fiscalização.

“O SPED consiste na modernização da metodologia atual de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas em tempo real pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se, como garantia da autenticidade e validade jurídica, a certificação digital para fins de assinatura dos documentos na forma digital” (SILVA et al., 2014, p. 53).

De acordo com o Ministério da Fazenda (2009), os objetivos do SPED são:

- **Promover à integração dos fiscos**, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- **Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes**, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- **Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários**, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

De acordo com Lima et al. (2016), o principal motivador para a implantação do SPED foi a necessidade de se modernizar o cumprimento das obrigações acessórias, incluindo a certificação digital de documentos eletrônicos. O SPED interconecta vários componentes (projetos) individuais, que fazem parte da construção de um todo, esse todo sendo propriamente o sistema por completo composto por todos os projetos. Desta forma, de acordo com Lima et al. (2016, p.110-111):

“[...] o SPED é um ambiente virtual único, no qual os contribuintes de todos os tamanhos, de todas as naturezas e de todas as regiões brasileiras apresentam suas diversas obrigações acessórias, evidentemente somente aquelas padronizadas, naturais do próprio projeto, às administrações públicas” (LIMA et al., 2016, p. 110-111).

As principais premissas do SPED, segundo o Ministério da Fazenda (2009), são:

- Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País;
- Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
- O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
- Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

Os projetos que compõem o SPED são separados em 12 módulos, sendo caracterizados no Quadro 3:

**Quadro 3:** Projetos que compõem o SPED

<b>Módulo</b>	<b>Caracterização</b>
CT-e: Conhecimento de Transporte eletrônico	Tem por objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico
ECD: Escrituração Contábil Digital	Tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros: I - Livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - Livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	Substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de julho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do SPED. Portanto, a DIPJ está extinta a partir do ano-calendário 2014.
EFD-Contribuições	Trata de arquivo digital instituído no SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade.
EFD-ICMS/IPI: Escrituração Fiscal Digital	É um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deve ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED.
EFD-Reinf: Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais	É um dos módulos do SPED a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao e-Social. Tem por objeto a escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social do contribuinte exceto aquelas relacionadas ao trabalho e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. Substituirá, portanto, o módulo da EFD-Contribuições que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).
e-Financeira	É um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras.
e-Social	É um instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional.
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	É o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pelo Ambiente Autorizador.
NFC-e: Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	É um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio ao consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente.
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	Foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, sendo o principal projeto do ambiente SPED. Para obter mais informações sobre o NF-e, conhecer o modelo operacional, detalhes técnicos ou a legislação já editada sobre o tema, acesse o endereço: <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br">www.nfe.fazenda.gov.br</a>
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	É um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

Fonte: Adaptado (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2009).

O SPED tem diversos impactos positivos, como a possibilidade de diminuir a concorrência desleal, bem como reduzir a emissão de papel, sendo que as informações ficam arquivadas em meio digital, sendo importante para as questões ambientais. Além disso, os maiores interesses estão voltados para o fisco, pois buscar melhorar a arrecadação tributária e a fiscalização por meio do cruzamento dos dados (MAHLE; SANTANA, 2009).

O SPED beneficia todas as esferas do governo, pois auxilia na gestão pública, facilitando o acesso às informações dos contribuintes, e produz uma fiscalização de maior qualidade, à medida que padroniza e qualifica as informações (OLIVEIRA; ÁVILA, 2016, p. 60).

De acordo com Sebold et al. (2012), o SPED consiste numa modernização do país na medida em que os contribuintes não necessitam mais remeter informações para cada órgão fiscalizador em papel, mas por meio de um sistema digital online. Os arquivos são alocados em

uma base de dados única, compartilhados pelo fisco e outros órgãos autorizados, facilitando o acesso do Governo Federal, Estaduais, e demais instituições autorizadas.

Os autores Campos, Oliveira e Gimenez (2012, p. 16) argumentam que o resultado do SPED se caracteriza por uma quebra de paradigmas, e que

“[...] as pessoas envolvidas nestes processos serão diretamente impactadas pelas mudanças do SPED, o que levará as empresas a investir em capacitação para que todos tenham o perfeito entendimento do novo cenário. O SPED exigirá uma mudança cultural nos profissionais, em seus processos de trabalho e em sua visão sobre o negócio das empresas.”

Segundo Origuela (2017), o SPED está transformando a contabilidade em um processo gradual no cenário brasileiro.

“O SPED pode ser compreendido como a mola-mestra de uma verdadeira revolução, caracterizada pela transição da contabilidade de um processo manual e rudimentar, para outro, digital e mais ágil. Desse modo, pode-se esperar significativa redução nos custos, aumentando a celeridade do processo e auxiliando no combate à evasão fiscal, mazela histórica de nosso país” (SEBOLD et al., 2012, p. 30).

Para Rocha e Carvalho (2012), com o SPED a identificação de ilícitos tributários se torna mais frequente, pois a partir do cruzamento das informações inseridas no ambiente do Sistema, fica mais rápida a identificação de fraudes. Ruschel, Frezza e Utzig (2011) ressaltam que o SPED proporciona a diminuição dos riscos de fraudes bem como a diminuição também dos custos operacionais. Ainda, Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015) relatam que os reflexos advindos do SPED têm impactado o setor contábil, que vem sendo profundamente afetado pelas novas ferramentas computacionais e de comunicação que o SPED exige para seu funcionamento.

### **2.3. ESTUDOS SOBRE O SPED**

Por meio de um levantamento bibliográfico foram encontrados trabalhos que abordaram o SPED sobre diversos temas no Brasil. Nesse sentido, esta seção apresenta um breve panorama sobre este tema.

O estudo de Campos, Oliveira e Gimenez (2012) verificou a percepção de Micro e Pequenas Empresas (MPE) quanto à implantação do SPED Contábil para sua profissionalização. Os resultados do estudo confirmaram que a implantação do sistema melhorou a gestão das empresas. Por conta das imposições legais, elas passaram a melhorar os processos e controles internos, investindo em sistemas *ERP's* (*Enterprise Resource Planning*) e contábeis, tendo que capacitar seus profissionais atuantes. Como consequência, os envolvidos

nestes processos de melhoria adquiriram maiores conhecimentos sobre os negócios da empresa, o que fortalece os acertos nas tomadas de decisões estratégicas e gerenciais.

Os impactos da implementação do SPED afetam também as dimensões tecnológicas, organizacional e ambiental das empresas, cuja obrigatoriedade acabou sendo um dos principais fatores que impulsionaram sua implementação. Por ser o principal ator no ambiente regulatório, o Governo influencia o contexto ambiental das empresas após a implementação do SPED (GONÇALVES et al., 2016). Contudo, é possível observar que outros fatores também influenciam sua implementação, como:

- Expectativas de reduzir o volume de obrigações acessórias;
- Disponibilidade de uma equipe experiente;
- Expectativas de melhoria da qualidade das informações fornecidas ao governo, minimizar riscos;
- Expectativas de melhores processos internos e controles;
- Pressão da alta administração;
- Expectativas de redução de custos;
- Expectativas de criar laços de cooperação com instituições governamentais;
- Pressão de concorrentes que já estão adotando ou adotarão em breve o SPED;
- Expectativas de melhor segurança das informações envolvidas, considerando o uso de assinaturas digitais;
- Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada (GONÇALVES et al., 2016, p. 212).

Outros aspectos importantes na implementação do SPED são a capacidade na redução de papel, que acaba fortalecendo a proteção ao meio ambiente e a segurança dos documentos. Além disso, propicia à padronização das informações contábeis, dando mais credibilidade a contabilidade. A implantação do sistema SPED impacta também na evolução da prática contábil no país, favorecendo a fiscalização e o aumento da arrecadação tributária (MAHLE; SANTANA, 2009).

Por outro lado, existem diversos desafios na implementação do SPED, como a complexidade dos projetos que compõem o SPED, bem como a falta de cumprimento integral das contas fiscais da empresa, a busca pelo apoio de instituições governamentais para facilitar a implementação, a ocorrência de evasão fiscal pelas empresas, a disponibilidade de acesso satisfatório à internet e, também, uma dos mais importantes desafios, a disponibilidade de profissionais qualificados com sólido conhecimento do SPED (GONÇALVES et al., 2016).

Nesse contexto do desafio da preparação técnica do profissional contábil em entender os projetos e manusear as ferramentas do SPED, alguns estudos trazem um panorama acerca dessa problemática em diferentes regiões do país. Por exemplo, em uma cidade do estado de Minas Gerais as evidências mostraram que os profissionais se envolveram com os subprojetos do SPED, mas tiveram baixo volume de qualificação sobre o sistema, por conta da falta de



investimentos em treinamento sobre as ferramentas, falta de manuais e estudos que explicam os subprojetos do SPED. Entretanto, o SPED ainda é compreendido como essencial, pois satisfaz e beneficia os profissionais que fazem uso do sistema, pelas suas características inovadoras e integradas (OLIVEIRA; ÁVILA, 2016).

Na cidade de João Pessoa – PB, Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015) verificaram os principais benefícios e dificuldades percebidos por profissionais de contabilidade do município em relação ao SPED. Os autores destacam que a principal dificuldade é a escassez de profissionais qualificados que saibam manusear as ferramentas derivadas dos projetos do SPED. Já os benefícios do SPED estão no aumento da melhoria da qualidade das informações fornecidas pelos contribuintes, além de, por consequência da escassez de profissionais qualificados, acabar gerando novas oportunidades de emprego com ótimo plano de carreira. Ruschel, Frezza e Utzig (2011) destacaram que o SPED aumenta o ritmo do trabalho contábil e exige profissionais mais capacitados, cuja busca pelo domínio do sistema torna-se essencial para se destacar no mercado de trabalho.

Outras evidências mostraram impactos da criação do SPED na profissão contábil, como a dificuldade de os profissionais compreenderem o novo sistema, embora tenham buscado treinamentos para se aperfeiçoar. O SPED também impacta na maior fidedignidade nas apresentações dos resultados (ORIGUELA, 2017). Similarmente, na cidade de Chapecó – SC, o SPED influenciou direta e positivamente o trabalho dos profissionais contábeis, melhorando também a fidedignidade e à qualidade dos dados produzidos, pois proporciona agilidade e clareza na apresentação (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011).

Mais especificamente, os autores Silva Filho e Silva Filho (2016) mostraram, também na cidade de João Pessoa – PB, os conteúdos considerados mais difíceis pelos profissionais de contabilidade a respeito do SPED, sendo eles: Orientações observadas na elaboração da Escrituração Contábil Digital (ECD); Plano de Contas Referencial; e Processo de arquivamento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Em oposto, os conteúdos que apresentaram menor parâmetro de dificuldade foram: Empresas obrigadas à Escrituração Fiscal Digital (EFD) na Paraíba; e Documentos escriturados na EFD. O estudo de Silva Filho e Silva Filho (2016) demonstra ainda que os projetos do SPED direcionados para a área fiscal, que tratam sobretudo do ICMS e IPI, são os mais absorvidos e compreendidos pelos profissionais da área.

Os resultados do estudo de Mahle e Santana (2009) mostraram que os impactos do SPED são positivos para 94% dos empresários e profissionais, cuja área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações sendo a mais impactada. Além disso, os autores constataram que as empresas precisaram adaptar suas estruturas tecnológicas, englobando a atualização e compra

de softwares, e modernizando os processos comunicacionais a fim de garantir a geração, transmissão e armazenamento das informações demandadas pelo fisco.

A pesquisa de Almeida, Gasparetto e Schnorrenberger (2019) apontaram algumas implicações do SPED acerca das mudanças de hábitos e rotinas na gestão das empresas pesquisadas:

- A implantação do SPED gerou necessidades de investimentos em recursos humanos e tecnológicos;
- O SPED acarretou mudanças nos controles de gestão das empresas;
- O SPED alterou os aspectos como eficiência, informações geradas e a frequência de utilização destas informações;
- A implementação do SPED exigiu investimentos em tecnologia da informação e recursos humanos;
- O SPED exigiu maior organização, planejamento e controle das operações;
- O SPED proporcionou controles mais eficientes;
- O SPED auxiliou no processo de gestão de forma mais segura.

Já a pesquisa de Jordão et al. (2018), que buscou analisar a percepção de contadores e órgãos fiscalizadores de Belo Horizonte – MG, em relação ao SPED, mostraram algumas contribuições importantes, como o impacto do SPED no: (1) aumento da eficiência tributária do governo; (2) na necessidade das empresas inovarem seus processos corporativos e de negócios; (3) na modernização do sistema de fiscalização tributária no Brasil; (4) nas práticas inovativas de escrituração contábil e fiscal das empresas; (5) no aumento do acesso do Governo às informações empresariais; (6) no aprendizado de novas metodologias e tecnologias; (7) no cumprimento das obrigações tributárias acessórias; (8) na redução da sonegação fiscal; e (9) no aumento da arrecadação do Governo.

Os autores Jordão et al. (2018) consideram ainda que o SPED pode ser considerado um marco para a contabilidade tributária no Brasil, por considerar que o mundo vive a “era digital”. Além disso, o SPED vem para provocar mudanças culturais e que propiciam o maior controle e melhor gestão tanto dos tributos, quanto dos registros contábeis e até mesmo das informações trabalhistas com o eSocial<sup>1</sup>.

Jordão et al. (2018, p. 793) afirmam ainda que os [...] contadores e órgãos fiscalizadores precisam se preparar melhor para o uso do SPED, que é uma inovação organizacional e de negócios que veio para ficar”. Nesta perspectiva, Rocha e Carvalho (2012) ressalta que as

---

<sup>1</sup> Para aprofundar sobre esse tema, os trabalhos de Vellucci et al. (2018) e Oliveira, Santana e Martins (2017) abordam o assunto em perspectivas diferentes. Vellucci et al. (2018) apresenta os desafios da implantação do eSocial nas Micro e Pequenas Empresas, enquanto Oliveira, Santana e Martins (2017) analisam as perspectivas de contadores de Santa Catarina em relação à implantação do eSocial.

universidades e instituições de ensino superior que oferecem o curso de contabilidade vêm fornecendo qualificação profissional aos alunos de ciências contábeis a respeito do SPED por meio de cursos, palestras, seminários e até mesmo das aulas assistidas nas próprias instituições, na tentativa de mitigar essa falta de conhecimento sobre o SPED dos profissionais ingressantes no mercado.

Porém, os autores Rocha e Carvalho (2012), ao considerarem o tema SPED como assuntos contemporâneos e relevantes para o mercado de trabalho, em constante evolução, ressaltam a necessidade das instituições de ensino superior fornecer gradualmente qualificação profissional, tecnológica e acadêmica a respeito do SPED, pois conhecê-lo torna-se essencial para o desenvolvimento profissional e também fortalece melhores práticas nas empresas, que são contribuintes e geram receitas tributárias ao Governo.

## 2.4. LIMITAÇÕES E LACUNAS DE PESQUISA SOBRE O SPED

O Quadro 4 apresenta, portanto, um resumo das pesquisas sobre o SPED dando ênfase nas sugestões para futuros estudos sobre o tema, e nas críticas, lacunas e limitações apontadas pelos próprios autores.

**Quadro 4:** Lacunas e sugestões de pesquisas identificadas

Referência	Sugestões de novas pesquisas apontadas pelos autores	Críticas/lacunas/limitações apontadas pelos autores
Campos, Oliveira e Gimenez (2012)	1) Sugeriram pesquisas que avaliem a relação entre a contabilidade externa e a implantação do SPED PIS/COFINS.	1) Apenas 12 empresas responderam o questionário; 2) Muitas empresas, por terem a contabilidade processada por escritórios contábeis externos e, terem pouco conhecimento de como o SPED está sendo implantado, não quiseram responder, o que limitou a pesquisa; 3) Alguns profissionais não estavam preparados para responder aspectos do SPED, por não conhecerem às novas exigências.
Oliveira e Ávila (2016)	1) Entender a dificuldade do profissional contábil em se profissionalizar; 2) A aplicação do estudo em outras cidades para comparação dos resultados; 3) Utilização de uma amostra mais robusta.	1) Baixo volume de trabalhos sobre o assunto em questão, sendo uma questão técnica e nova, visto que a base legal começou a surgir por volta de 2005 e sua prática iniciou-se nos anos posteriores, o que resulta em dificuldades de comparação dos resultados; 2) Amostra por conveniência, aplicados questionários somente a um pequeno grupo de profissionais de uma cidade do estado de Minas Gerais.
Silva Filho, Leite Filho e Pereira	1) Investigar outros grupos como auditores, empresários, profissionais de TI; 2) Investigar reflexo na arrecadação tributária nos custos de conformidade tributária, e nas rotinas de trabalho resultantes do SPED.	1) Características e o tamanho da amostra, foram considerados apenas os profissionais de contabilidade do município de João Pessoa; 2) Restrito ao conteúdo discutido no questionário.
Almeida, Gasparetto e Schnorrenberger (2019)	1) Limita-se a um caso única e não pode ter os resultados generalizados.	1) Replicar o estudo em outra empresa com características diferentes ou em um determinado ramo de atividade.

Assunção (2018)	1) Aumentar a amostra para pesquisar outras universidades; 2) Comparar o nível de conhecimento dos alunos sobre o SPED de instituições públicas com os de instituições privadas; 3) Avaliar o nível de conhecimento de profissionais contábeis a respeito do SPED.	---
Silva (2019)	1) Sugere a ampliação da amostra; 2) Aplicar a pesquisa com profissionais da área contábil, tanto no âmbito público quanto no privado.	Uma das limitações deste estudo reside no número limitado de entrevistas concedidas pelos discentes abordados.
Caon e Nascimento (2017)	1) Sugerem um estudo com outras instituições de ensino superior e com os profissionais da área que sofreram o impacto direto da implementação do SPED.	---

Fonte: Elaboração própria com base nas pesquisas citadas no quadro.

Os resultados de Assunção (2018) mostraram que, de maneira geral, os alunos que participaram da pesquisa (do curso de ciências contábeis da UFJF-GV), consideram que ainda têm baixo conhecimento a respeito da ferramenta SPED. No entanto, a autora identificou que na medida em que os alunos progredem no curso para períodos mais avançados, o conhecimento sobre a ferramenta tende a aumentar.

Santos (2019) identificou em sua pesquisa junto a discentes de ciências contábeis da UFU, que embora a maior parte dos alunos participantes já tenham exercido alguma atividade profissional na área contábil, os resultados mostraram que os alunos não se sentem preparados ainda para a utilização dos sistemas ligados ao SPED. Caon e Nascimento (2017) também mostraram que a maioria dos alunos, de uma instituição de ensino superior comunitária do Oeste de Santa Catarina, se sentem despreparados (parcial ou totalmente) para atuar com SPED.

Além disso, os autores Rocha e Carvalho (2012) apontam a necessidade das universidades e instituições de ensino superior oferecerem qualificação profissional sobre o SPED nos cursos de ciências contábeis. Para os autores, fomentar o SPED nas universidades pode vir a diminuir a falta de conhecimento dos profissionais ingressantes no mercado sobre seus módulos, pois conhecer o SPED pode ser essencial para o desenvolvimento profissional, para a modernização da contabilidade, e também fortalece melhores práticas nas empresas, que são contribuintes e geram receitas tributárias ao Governo.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O estudo classifica-se como descritivo. Segundo Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações ente variáveis”.

O problema foi abordado tanto de maneira qualitativa, haja vista o instrumento de coleta de dados utilizado, como quantitativa, pois segundo Gil (2008, p. 175): “a análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa”. Nesta análise quantitativa, foram realizados os cálculos de frequência e percentual de alunos em cada bloco do questionário, sendo assim, utilizada uma análise estatística descritiva.

#### 3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS E AMOSTRA

Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser considerada como de levantamento (VERGARA, 1999), pois foi feita a aplicação de questionário em uma amostra de alunos do curso de ciências contábeis da UFRJ. De acordo com Gil (2008, p. 55), as pesquisas de levantamento são caracterizadas pela

“[...] interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados”.

Desse modo, para a interrogação direta das pessoas se deu por meio de um questionário (Apêndice A) baseado no estudo de Assunção (2018, p. 48-54), que pesquisou a percepção de graduandos do curso de ciências contábeis da UFJF/GV a respeito do SPED. A aplicação do questionário se deu no período do mês de outubro de 2020, de modo *online* com auxílio do *Google Forms*®.

O questionário é dividido em três blocos e contou com um teste piloto antes da sua aplicação definitiva. Após este teste piloto junto a três estudantes do curso de ciências contábeis da UFRJ, foi possível estipular um tempo médio de 10 minutos para responder o questionário. Além disso, por conta do teste piloto foram realizadas algumas alterações pertinentes no questionário aplicado.

Os blocos de divisão do questionário consistem em: o bloco I procura captar os dados pessoais. O segundo bloco busca analisar o conhecimento dos alunos sobre as obrigações tributárias e trabalhistas. Já o terceiro bloco foca no conhecimento dos respondentes relacionado ao SPED. O questionário é formado por questão tanto de múltiplo escolha, discursivas, quanto de escala de 1 a 5.

Já a amostra do estudo foi composta por 45 estudantes do curso de ciências contábeis da UFRJ que responderam ao questionário, e tiveram suas respostas validadas. As características dessa amostra serão detalhadas na seção de análises de resultados. Em outros estudos é possível comparar a amostra, pois também abordaram a percepção discente sobre o SPED, como o de Assunção (2018) que analisou as respostas de 89 alunos de ciências contábeis da UFJF-GV (Universidade Federal de Juiz de Fora), e o de Santos (2019) que realizou um estudo junto a 22 discentes do curso de ciências contábeis da UFU (Universidade Federal de Uberlândia).

### 3.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Foi utilizado o *software Microsoft Excel®* para organização, tabulação e análise dos dados, permitindo a geração de tabelas e gráficos relevantes para o estudo. Os dados foram extraídos a partir do questionário aplicado via plataforma Google Formulários®.

As análises foram divididas em quatro principais tópicos. O primeiro apresenta as características da amostra de alunos que participaram da pesquisa. O segundo apresenta visou verificar os conhecimentos dos alunos acerca dos tributos. O terceiro tópico buscou compreender o conhecimento dos alunos quanto o SPED e seus módulos. O quarto e último tópico procurou comparar os resultados e discutir lacunas e possibilidades de pesquisas sobre o tema, visando corroborar com os resultados encontrados na presente pesquisa.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção se destina a apresentar os dados produzidos a partir do questionário enviado aos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFRJ, buscando não apenas descrever as características da amostra, como também apresentar com base na percepção destes alunos respondentes, o conhecimento acerca dos tributos e encargos sociais, bem como o conhecimento sobre o SPED e o preparo para atuar profissionalmente com a ferramenta.

##### 4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES

Por meio da aplicação do questionário, foi possível reunir 45 respostas válidas. A partir disso, esses dados foram relacionados conforme os objetivos elaborados na pesquisa. O Quadro 5 inicia a caracterização do perfil dos alunos respondentes, mostrando a faixa etária e o sexo.

**Quadro 5.** Faixa etária e sexo dos alunos participantes

Faixa etária	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
De 17 a 24 anos	10	12	22
Entre 25 e 30 anos	6	16	22
Acima de 30 anos	-	1	1
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>29</b>	<b>45</b>

Fonte: Elaboração própria.

A quantidade de alunos do sexo masculino (29 alunos) que responderam à pesquisa foi maior que do sexo feminino (16 alunos). Entre estes alunos, 48,9% estão na faixa etária até 24 anos de idade. Alunos que estão na faixa etária entre 25 e 30 anos são também 48,9% da amostra. Já os alunos que estão na faixa etária acima de 30 anos foi de apenas um, representando 2,2% da amostra. O Quadro 6 mostra a atuação profissional e o período que o aluno está cursando.

**Quadro 6.** Atuação profissional e período que os alunos estão cursando

Atuação profissional	Período que está cursando							Ind.	Total	%
	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º			
Atualmente trabalho e/ou estágio na área de contabilidade	2	-	6	2	1	5	8	5	29	64,4%
Já trabalhei e/ou estagiei de 1 a 5 anos na área de contabilidade	-	-	1	2	3	1	2	3	12	26,7%
Já trabalhei e/ou estagiei de 5 a 10 anos na área de contabilidade	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2,2%
Nunca trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade	-	1	-	1	-	1	-	-	3	6,7%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>45</b>	

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Quadro 6, a maior presença de alunos na amostra foi do nono período (10 alunos), seguida de alunos dos períodos indefinidos (9 alunos). Constatou-se que 64,4% dos alunos atuam na área contábil, sendo que a maior parte dos alunos tanto os que atuam na área contábil, quanto os que atuam em outras áreas se concentram no oitavo período ou em período indefinido. Entre os alunos que ainda não exerceram nenhuma atividade profissional na área de contabilidade, a amostra indica uma quantidade percentual de 6,7%.

Foram identificadas as áreas nas quais os alunos que já trabalharam, ou ainda trabalham com contabilidade, atuam e atuaram. Os resultados mostraram que o setor contábil é o que tem a maior concentração de alunos, com 55,6%. Outra área bastante preenchida pelos alunos que participaram da pesquisa é a de auditoria, com 13 respostas (28,9%). Áreas como setor fiscal (24,4%), gestão financeira (17,8%), contabilidade pública e perícia (15,6% ambos) e contabilidade gerencial com 11,1% de alunos com experiência nessa área.

Além disso, nesta etapa de caracterização do perfil dos alunos participantes da pesquisa, identificou-se que 42,2% já atuaram em empresa de grande porte ou multinacional. Empresas de prestação de serviços contábeis (42,2%) e consultoria relacionada à contabilidade (26,7%) também foram outros tipos de empresas nas quais os alunos já tiveram experiência profissional. Outros tipos de empresas como estatal, autarquia, fundação ou ONGs também tiveram a presença de alunos (13,3%) em suas trajetórias profissionais, bem como instituição de ensino (4,4%) e instituição financeira (2,2%).

## **4.2. CONHECIMENTOS TRIBUTÁRIO E TRABALHISTA**

Nesta etapa da pesquisa buscou-se verificar o grau de conhecimentos que os alunos julgam ter sobre questões tributárias e trabalhistas. Inicialmente, apurou-se as disciplinas nas quais os alunos participantes já cursaram, relacionadas à tributação e trabalhista. Gestão e legislação trabalhista foi a disciplina em que a maioria dos alunos da amostra (55,6%) já cursaram. Outra disciplina que também já teve a presença de muitos alunos foi a de planejamento tributário (26,7%). Apenas 1 aluno cursou a disciplina Contabilidade fiscal, representando 2,2% da amostra, e por fim um percentual de 26,7 representa os alunos que não cursaram disciplinas relacionadas com tributação.

A Tabela 1 apresenta o grau de conhecimento a respeito dos tributos, listando 9 diferentes tributos, em uma escala de 5 opções: (1) Não conheço; (2) Já ouvi falar, mas não sei do que se trata; (3) Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações



acessórias; (4) Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias; e (5) Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias.

**Tabela 1.** Conhecimento a respeito dos tributos

<b>Tributos</b>	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações acessórias	Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias	Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias
IRPF	2,2%	2,2%	22,2%	42,2%	31,1%
ISS	2,2%	2,2%	37,8%	31,1%	26,7%
ICMS	0,0%	11,1%	24,4%	40,0%	24,4%
IRPJ	2,2%	4,4%	22,2%	51,1%	20,0%
CSLL	2,2%	0,0%	35,6%	44,4%	17,8%
IPI	13,3%	2,2%	33,3%	33,3%	17,8%
IPVA	0,0%	0,0%	31,1%	53,3%	15,6%
IPTU	0,0%	11,1%	22,2%	60,0%	6,7%
ITBI	37,8%	15,6%	22,2%	22,2%	2,2%

Fonte: Elaboração própria.

Com base na percepção dos alunos, em geral, a maioria deles conhecem os tributos listados, com exceção do ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis), em que 37,8% dos alunos responderam não conhecer, e outros 15,6% responderam que já ouviram falar, mas não sabem do que se trata. O tributo com o maior nível de conhecimento entre os alunos é o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), onde 42,2% disseram que sabem do que se trata, inclusive o fato gerador, embora não conheçam as obrigações acessórias. Outros 31,1% disseram conhecer inclusive sobre as obrigações acessórias do IRPF.

O Imposto Sobre Serviço (ISS), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) também foram tributos nos quais os alunos julgaram ter certos conhecimentos. Por exemplo, em relação ao ICMS, imposto bastante comum para o universo contábil, 40,0% ressaltaram o conhecer até o fato gerador do tributo, e outros 24,4% conhecem também o fato gerador do ICMS.

Continuando com os resultados da pesquisa, a Tabela 2 apresenta o conhecimento dos alunos, porém agora em relação aos encargos sociais, com a mesma regra da tabela anterior.

**Tabela 2.** Conhecimento a respeito dos encargos sociais

Encargos	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações acessórias	Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias	Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias
FGTS	0,0%	0,0%	31,1%	40,0%	28,9%
INSS	11,1%	0,0%	20,0%	44,4%	24,4%
PIS/PASEP	2,2%	15,6%	48,9%	17,8%	15,6%
COFINS	0,0%	6,7%	57,8%	24,4%	11,1%
SISTEMA S	48,9%	22,2%	24,4%	4,4%	0,0%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Tabela 2, os encargos sociais mais conhecidos pelos alunos são o INSS e FGTS. Sobre o INSS, 44,4% dos alunos disseram que conhecem o fato gerador, porém não sabem ainda sobre as obrigações acessórias ligada a esse encargo. Outros 24,4% disseram que conhecem o INSS inclusive sobre suas obrigações acessórias. Em relação ao FGTS, observou uma quantidade ainda maior de alunos (28,9%) que compreendem as obrigações acessórias ligadas ao FGTS.

A Tabela 3 apresenta o grau de conhecimento a respeito das obrigações acessórias. Foram listadas 12 diferentes obrigações acessórias, em uma escala de 5 opções para a resposta: (1) Não conheço; (2) Já ouvi falar, mas não sei do que se trata; (3) Sei do que se trata, mas não sei como se dá o preenchimento, nem sua transmissão ao fisco; (4) Sei do que se trata e como preencher, mas não sei como é realizada sua transmissão ao fisco; e (5) Conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão.

**Tabela 3.** Conhecimento a respeito das obrigações acessórias

Obrigações acessórias	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não sei como se dá o preenchimento, nem sua transmissão ao fisco	Sei do que se trata e como preencher, mas não sei como é realizada sua transmissão ao fisco	Conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão
Demonstrações Contábeis	2,2%	0,0%	2,2%	26,7%	68,9%
Livro Razão	2,2%	0,0%	4,4%	31,1%	62,2%
Livro Diário	2,2%	0,0%	4,4%	40,0%	53,3%
Livros de Registros de Entrada e Saída	0,0%	6,7%	15,6%	28,9%	48,9%
NOTA FISCAL	2,2%	0,0%	31,1%	22,2%	44,4%
Livro Registro de Apuração do ICMS	4,4%	28,9%	44,4%	13,3%	8,9%
Livro Registro de Apuração do IPI	8,9%	24,4%	44,4%	13,3%	8,9%
LALUR	37,8%	13,3%	26,7%	13,3%	8,9%
RAIS	44,4%	24,4%	13,3%	8,9%	8,9%
GFIP	44,4%	20,0%	20,0%	6,7%	8,9%
CAGED	42,2%	22,2%	15,6%	13,3%	6,7%
DIPJ	44,4%	24,4%	17,8%	8,9%	4,4%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 3, as demonstrações contábeis são, das obrigações acessórias listadas, a que obteve a maior quantidade de respostas dos alunos (68,9%) que afirmaram conhecer tanto o preenchimento quanto a transmissão delas. O livro razão (62,2%) e o livro diário (53,3%) também são obrigações acessórias nas quais a maioria dos alunos respondentes julgaram ter conhecimento. A obrigação acessória mais desconhecida pelos alunos (44,4% não conhecem) é a DIPJ (Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica).

### 4.3. CONHECIMENTOS SOBRE O SPED

Essa seção está voltada para apresentar o grau de conhecimentos que os alunos julgam ter sobre o SPED. Inicialmente, identificou-se que 37,0% (mais de um terço da amostra de alunos) responderam que não conhece o SPED. Além disso, 47,8% dos alunos respondentes afirmaram que obtiveram o conhecimento sobre o SPED a partir do mercado de trabalho, enquanto outros 15,2% afirmaram que obtiveram conhecimento do SPED na universidade.

De modo mais específico, a Tabela 4 lista os módulos do SPED, separando as respostas dos alunos em cinco opções: (1) Desconheço totalmente; (2) Conheço parcialmente; (3) Conheço totalmente; e (4) Não consigo responder.

**Tabela 4.** Conhecimento sobre os módulos do SPED

Módulos do SPED	Desconheço totalmente	Conheço parcialmente	Conheço totalmente	Não consigo responder
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	22,2%	37,8%	28,9%	11,1%
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	8,9%	55,6%	24,4%	11,1%
e-Social	46,7%	31,1%	17,8%	4,4%
ECD: Escrituração Contábil Digital	55,6%	26,7%	17,8%	0,0%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	48,8%	35,6%	15,6%	0,0%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	55,5%	26,7%	15,6%	2,2%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	37,8%	37,8%	13,3%	11,1%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	68,9%	17,8%	11,1%	2,2%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	71,2%	20,0%	6,7%	2,2%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	66,7%	20,0%	8,9%	4,4%
e-Financeira	62,3%	31,1%	4,4%	2,2%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	73,3%	20,0%	6,7%	0,0%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme é possível observar por meio da Tabela 4, a NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) foi o módulo do SPED no qual os alunos demonstraram obter mais conhecimento, pois 37,8% responderam que conhece totalmente, e outros 37,8% que conhecem parcialmente o referido módulo. Com resultados próximos, a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) é o outro módulo no qual os alunos também afirmaram conhecer. Assim, observa-se que 24,4% dos alunos respondentes conhecem totalmente a NF-e, ao passo que outros 55,6% conhecem a ferramenta parcialmente.

No entanto, o que chama a atenção são as respostas dos alunos a respeito dos módulos do ICMS e IPI, por exemplo, onde as respostas mostraram que 68,9% dos alunos participantes da pesquisa não conhecem esse módulo. O módulo do SPED que se mostrou o menos conhecido pelos alunos é o de Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), com 73,3% respondendo que não têm conhecimento sobre a ferramenta.

Além desses, os módulos de EFD Reinf também se mostrou pouco conhecido (71,2% não conhecem), bem como o CT-e, com 66,7% afirmando que não conhecem, seguido do e-Financeira com 62,3%.

Para concluir as análises descritivas do trabalho, a Tabela 5 apresenta a percepção dos alunos respondentes sobre a preparação para atuar no mercado de trabalho com os módulos do SPED. Desse modo, foram listados os módulos com base em quatro respostas: (1) Totalmente despreparado; (2) Parcialmente preparado; (3) Totalmente preparado; e (4) Não consigo responder.

**Tabela 5.** Preparação para atuar no mercado de trabalho com os módulos do SPED

Módulos do SPED	Totalmente despreparado	Parcialmente preparado	Totalmente preparado	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	48,9%	22,2%	22,2%	6,7%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	51,1%	22,2%	20,0%	6,7%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	75,5%	8,9%	15,6%	0,0%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	55,5%	28,9%	11,1%	4,4%
e-Social	64,5%	24,4%	11,1%	0,0%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	71,1%	17,8%	11,1%	0,0%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	75,6%	15,6%	8,9%	0,0%
e-Financeira	77,8%	13,3%	8,9%	0,0%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	66,7%	24,4%	6,7%	2,2%
ECD: Escrituração Contábil Digital	71,1%	22,2%	6,7%	0,0%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	73,3%	20,0%	6,7%	0,0%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	75,5%	17,8%	6,7%	0,0%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Tabela 5, os estudantes que se sentem totalmente preparados para atuar no mercado são a menor quantidade da amostra. Em relação ao módulo de NF-e, observou-se o maior percentual de alunos (22,2%) respondendo que se sentem totalmente preparados, e outros 22,2% que se sentem parcialmente preparados. Outro módulo do SPED que teve 20,0% de alunos totalmente preparados para manuseá-lo é o de NFS-e.

Chama atenção o módulo de ICMS e IPI, que além de mostrar que a maioria dos alunos (68,9%) não têm conhecimento sobre ele, mostra também que uma elevada quantidade de alunos (75,5%) se sente despreparado para atuar com este módulo.

Outros resultados relevantes de se enfatizar foram os percentuais de alunos que responderam que não estão preparados para atuar com os módulos do SPED. Entre esses módulos, o que mostrou o maior percentual de alunos despreparados para atuar com ele no

mercado de trabalho é o e-Financeira, com 77,8% da amostra dos alunos que participaram da pesquisa. Outro módulo do SPED no qual muitos alunos responderam que ainda não estão aptos a atuar é o de EFD Reinf (75,6%), seguido do EFD ICMS IPI com 75,5% e do módulo ECF: Escrituração Contábil Fiscal.

#### **4.4. DISCUSSÃO E COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS**

De modo geral, o panorama de resultados dessa pesquisa mostra que os alunos demonstram ter tido acesso a disciplinas sobre tributos e legislação trabalhista, o que contribui com a aprendizagem destes alunos a respeito do conhecimento sobre tributos e encargos sociais. No entanto, quando se aborda especificamente o tema SPED, observou-se que poucos alunos demonstraram obter conhecimento total nos módulos do SPED. Na mesma perspectiva, a maioria dos alunos se mostraram despreparados para atuar com vários módulos do SPED, entre eles o módulo de ICMS e IPI.

Importante observar que estes resultados vão de encontro aos de Silva Filho e Silva Filho (2016), que identificaram os conteúdos considerados mais difíceis do SPED pelos profissionais de contabilidade. Os seus resultados revelaram que há dificuldade sobre as orientações observadas na elaboração da Escrituração Contábil Digital (ECD). Além disso, o processo de arquivamento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi outra dificuldade encontrada. Em oposto, os conteúdos que apresentaram menor parâmetro de dificuldade foram para estes profissionais, foram: Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Documentos escriturados na EFD.

Os resultados de Assunção (2018) mostraram que, de maneira geral, os alunos que participaram da pesquisa (do curso de ciências contábeis da UFJF-GV, consideram que ainda têm baixo conhecimento a respeito da ferramenta SPED. No entanto, a autora identificou que na medida em que os alunos progredem no curso para períodos mais avançados, esse conhecimento sobre a ferramenta tende a aumentar.

O nível de conhecimento nos módulos do SPED sobre Notas Fiscais foram os que obtiveram a maior presença de alunos que julgaram conhecer a ferramenta totalmente, tanto nos resultados deste estudo, quando na pesquisa de Assunção (2018). Esses resultados podem ser uma demonstração de que os registros fiscais são relevantes para as empresas, e a contabilidade é central nessas questões.

Outros resultados de Assunção (2018) corroboram com os da presente pesquisa, como por exemplo, sobre a percepção dos alunos a respeito do preparo para atuar com os módulos do SPED no mercado de trabalho. A autora Assunção (2018) constata uma média geral de

despreparo dos alunos da UFJF-GV de 67,8% dos respondentes, próxima da média geral de despreparo desse estudo, que foi de 67,2% dos alunos respondentes que afirmaram estar totalmente despreparado para atuar com os módulos do SPED no mercado de trabalho.

Assunção (2018) e Santos (2019) sugerem ainda a necessidade de verificar a percepção não apenas de alunos, como também de profissionais contábeis acerca do SPED. Nessa perspectiva, o estudo de Jordão et al. (2018) acaba preenchendo essa lacuna ao abordar essa questão, e mostra uma série de benefícios que o SPED proporciona ao universo contábil (mencionados mais a frente), mediante as respostas obtidas junto a contadores da cidade de Belo Horizonte – MG.

Santos (2019) identificou em sua pesquisa junto a discentes de ciências contábeis da UFU, que embora a maior parte dos alunos participantes já tenha exercido alguma atividade profissional na área contábil, os resultados mostraram que os alunos não se sentem preparados ainda para a utilização dos sistemas ligados ao SPED e do e-Social. Esses resultados corroboram os achados nesta pesquisa, que mostra uma quantidade de 93,3% de alunos que responderam já terem tido alguma experiência profissional na área contábil, mas uma quantidade média de 67,2% de alunos que dizem se sentir despreparados para atuar com algum dos módulos do SPED. Caon e Nascimento (2017) também mostraram que 59% dos alunos<sup>2</sup> que participaram da pesquisa se sentem despreparados (parcial ou totalmente) para atuar com SPED.

Sobre o e-Social, uma quantidade média de 64,5% de alunos participantes desse estudo afirmou estarem totalmente despreparados para atuar com essa ferramenta no mercado, indo também ao encontro dos resultados de Santos (2019). Caon e Nascimento (2017) também corroboram, pois evidenciaram que 89% dos alunos participantes também não se sentem preparados para atuar com o e-Social em sua pesquisa.

A presente pesquisa mostrou também que apenas 15,2% dos alunos que participaram afirmaram que obtiveram conhecimento do SPED por meio da universidade, além de uma baixa quantidade de alunos (15,6%) que já participou de algum curso, seminário ou treinamento sobre a ferramenta SPED, e também apenas 6,7% de alunos cursaram alguma disciplina que tenha abordado a ferramenta na universidade. Esses resultados se assemelham aos de Assunção (2018) e Caon e Nascimento (2017). O primeiro mostrou que apenas 33,7% da amostra obteve conhecimento sobre o SPED na universidade. Já o segundo estudo apontou que apenas 37%

---

<sup>2</sup> De uma instituição de ensino superior comunitária do Oeste de Santa Catarina.

dos alunos que participaram da pesquisa disseram que participaram de algum treinamento ou curso de capacitação, neste caso, especificamente sobre o e-Social.

Considerando o exposto, Rocha e Carvalho (2012) apontam a necessidade das universidades e instituições de ensino superior oferecerem qualificação profissional sobre o SPED nos cursos de ciências contábeis. Para os autores, fomentar o SPED nas universidades pode vir a diminuir a falta de conhecimento dos profissionais ingressantes no mercado sobre seus módulos, pois conhecer o SPED pode ser essencial para o desenvolvimento profissional e também fortalece melhores práticas nas empresas, que são contribuintes e geram receitas tributárias ao Governo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DE PESQUISAS FUTURAS

Esta pesquisa procurou identificar a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis da UFRJ quanto aos seus conhecimentos sobre o SPED e seus respectivos módulos. Para isso, foi aplicado um questionário (e validada as respostas) junto a 45 estudantes do curso, de modo online. A metodologia utilizada na pesquisa foi descritiva, contando com uma pesquisa de levantamento e análise quantitativa e descritiva dos dados.

No primeiro objetivo estipulado pelo estudo, identificou-se o perfil dos alunos participantes da pesquisa, mostrando uma maior presença de alunos em períodos mais avançados do curso (como o 7º, 8º e 9º período), bem como a presença maior de alunos que atualmente atuam na área contábil profissionalmente. Apenas 6,7% da amostra pesquisada disseram não ter experiência profissional na área contábil.

A identificação da percepção dos alunos sobre seus conhecimentos tributários e trabalhistas foi o segundo objetivo desta pesquisa. Em geral, observou-se que a maioria dos alunos julgaram ter bons níveis de conhecimento desde o fato gerador até suas obrigações acessórias sobre a maioria dos tributos e encargos sociais listados no questionário. Os maiores níveis de conhecimento sobre os tributos foram observados em relação ao IRPF, ISS e ICMS. Já em relação aos encargos sociais, os maiores níveis de conhecimento foram para o FGTS e INSS.

Ainda no segundo objetivo, foram constatadas cinco obrigações acessórias nas quais os alunos julgaram ter o maior nível de conhecimento, desde o preenchimento, até a sua transmissão ao fisco. São elas: Demonstrações Contábeis (68,9%); Livro Razão (62,2%); Livro Diário (53,3%); Livros de Registros de Entrada e Saída (48,9%); e NOTA FISCAL (44,4%). Quando se analisa apenas o conhecimento de como preencher essas obrigações acessórias, os níveis aumentam ainda mais, o que pode estar relacionado com o fato de a maioria dos alunos da amostra já estarem em etapa de conclusão do curso.

O terceiro objetivo da pesquisa foi de identificar, na percepção dos alunos participantes que responderam ao questionário, como julgaram os seus conhecimentos acerca do SPED e dos respectivos módulos que o integra (subprojetos). Nesta parte, observou-se que os alunos demonstraram ter conhecimento, seja parcial ou total, em apenas alguns módulos específicos, como o NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (66,7%); NF-e: Nota Fiscal Eletrônica (80%); e-Social (48,9%); e NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (51,1%). Contudo, embora os alunos tenham demonstrado conhecimento de alguns módulos, o que prevalece, na maioria dos módulos do SPED, é um baixo conhecimento geral médio dos alunos, com 51,5% dos alunos respondendo que desconhecem totalmente os módulos que compõem o SPED.



Sobre a preparação dos alunos a respeito da atuação no mercado de trabalho com os módulos do SPED, verificou-se que uma maioria significativa de alunos julgaram estarem totalmente despreparados para atuar com os módulos do SPED no mercado de trabalho (67,2% média geral). Além disso, outra constatação importante é o fato de que, embora os alunos tenham demonstrado conhecer os módulos relacionados a Nota Fiscal e o e-Social, eles responderam que ainda se sentem totalmente despreparados para atuar com esses módulos, como por exemplo 64,5% se sentem totalmente despreparados para atuarem com o e-Social.

A pesquisa, portanto, chama atenção para a necessidade de as universidades fomentarem a abordagem do SPED no curso de ciências contábeis, seja do ponto de vista curricular, como também no ponto de vista da aprendizagem, disseminação e preparação para o mercado de trabalho cada vez mais concorrido. Os resultados desta pesquisa corroboram outros achados como de Santos (2019), Assunção (2018) e Caon e Nascimento (2017), que de modo geral, identificaram baixo preparo dos alunos para atuarem com os módulos do SPED no mercado de trabalho, embora tenham observado alguns níveis de conhecimento dos alunos sobre o SPED, como foi mostrado nesta pesquisa.

Com isso, observa-se a partir desta pesquisa, que o conhecimento teórico sobre a ferramenta SPED na universidade foi assistido por apenas 15,2% dos alunos participantes, além de uma baixa quantidade de alunos (15,6%) que já participou de algum curso, seminário ou treinamento sobre a referida ferramenta, e também apenas 6,7% de alunos cursaram alguma disciplina que tenha abordado a ferramenta na universidade.

Contudo, mesmo com a baixa abordagem do SPED na universidade observada na pesquisa, verifica-se que muitos alunos têm conhecimento sobre os módulos do SPED relacionados a Nota Fiscal e e-Social, como dito anteriormente, mas grande parte se sente totalmente despreparado. Esse apontamento abre uma lacuna sobre o SPED e as universidades, pois o grande problema está na preparação dos alunos para atuar no mercado de trabalho, e não apenas no conhecimento da ferramenta. Por isso, recomenda-se que os cursos de ciências contábeis das universidades busquem atuar de modo que preparem os alunos dando ênfase na dimensão da atuação no mercado de trabalho com os módulos do SPED, seja com aulas práticas, estudos de casos, seminários ou outras metodologias.

Como limitação, essa pesquisa coloca o número de 45 discentes participantes, entendendo que uma maior quantidade de alunos poderia proporcionar resultados mais robustos. Recomenda-se, como pesquisas futuras, abordar o SPED junto a profissionais e alunos, de modo a comparar os resultados da percepção destes indivíduos, utilizando, se possível, de ferramentas para inferências estatísticas. Sugere-se também enfatizar as questões

de preparação dos alunos para atuarem no mercado de trabalho com os módulos do SPED, uma vez que os resultados dessa pesquisa mostraram que a maioria dos alunos, embora tenham conhecimentos sobre alguns módulos, ainda se sentem totalmente despreparado para atuar com eles.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.; GASPARETTO, V.; SCHNORRENBURGER, D. Mudanças de Hábitos e Rotinas nos Controles de Gestão Provocadas pelo SPED em um Grupo Empresarial do Sul do Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, mai./ago., 2019.
- ALMEIDA, L. F. C.; et al. Análise bibliométrica da produção científica brasileira em contabilidade tributária. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 36-54, jan./abr., 2017.
- ARAÚJO NETO, P. L.; SILVA, J. D. G. Considerações sobre a contribuição da contabilidade para a administração tributária. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 1, n. 1, p. 22-36, jan./abr., 2009.
- ASSUNÇÃO, A. C. C. **Percepção dos graduandos de ciências contábeis da UFJF/GV sobre o SPED**. 2018. 55f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm). Acesso em: 02 de ago. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 04 ago. 2020.
- CAMPOS, L. T. A.; OLIVEIRA, A. B. S.; GIMENEZ, L. O SPED contábil e a profissionalização de pequenas e médias empresas. **Revista de Tecnologia Aplicada**, v. 1, n. 3, p. 13-29, set./dez., 2012.
- CAON, A.; NASCIMENTO, S. Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciária (eSocial). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 3-27, jan./abr., 2017.
- ELOY JUNIOR, A. C. C.; SOARES, S. V.; CASAGRANDE, M. D. H. A produção científica brasileira sobre contabilidade tributária em periódicos e eventos no período de 1989-2011. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 89-102, jan./abr., 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, A. et al. Factors that influence the adoption and implementation of Public Digital Accounting According to the evaluation by managers of brazilian companies. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 13, n. 2, p. 193-218, mai./ago., 2016.

IUDÍCIBUS, S.; POHLMANN, M. C. Classificação interdisciplinar da pesquisa tributária. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 30-47, 2008.

JORDÃO, R. V. D. et al. Inovações Organizacionais e de Negócios Trazidas pelo SPED: Um estudo empírico sobre as perspectivas de contadores e órgãos fiscalizadores. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 11, n. 4, p. 793-811, 2018.

LIMA, E. S. et al. Contribution to the analysis of the reducing costs of tax compliance and investments in public system of bookkeeping digital – SPED in Brazil. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 13, n. 1, p. 101-130, jan./abr., 2016.

MAHLE, M. M.; SANTANA, A. F. B. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 73 - 92, abr./jul. 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil. **Sistema Público de Escrituração Digital**. 2009. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/>. Acesso em: 02 de ago. 2020.

OLIVEIRA, D. R.; ÁVILA, L. A. C. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 1, p. 57-69, jan/abr., 2016.

OLIVEIRA, L. M. et al. **Manual de contabilidade tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, L. S.; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 2, art. 4, p. 41-53, mai./ago., 2017.

ORIGUELA, L. A. Os principais impactos do SPED na profissão contábil: uma análise dos profissionais de contabilidade. **Caderno Profissional de Administração – UNIMEP**, v. 7, n. 1, p. 45-62, 2017.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Os Tributos no Brasil**. Relação Atualizada e Revisada em 03/01/2020. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

ROCHA, S. K.; CARVALHO, F. N. Análise da percepção dos acadêmicos egressos do curso de ciências contábeis das instituições de ensino superior públicas da Grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRC/SC**, v. 11, n. 31, p. 23-36, dez./mar., 2012.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. O impacto do SPED na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRC/SC**, v. 10, n. 29, p. 9-26, abr./jul., 2011.

SEBOLD, M. et al. Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 2, p. 23-32, mai./ago., 2012.

SANTOS, A. C. S. **Percepção de discentes do curso de ciências contábeis sobre o SPED e o e-Social**. 2019. 24f. Artigo Acadêmico (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2019.

SILVA, L. C. et al. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Navus – Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 49-63, jan./jun., 2014.

SILVA FILHO, G. M.; SILVA FILHO, P. A. M. Nível de conhecimento dos contadores em relação ao SPED: um estudo exploratório por meio da Teoria de Resposta ao Item. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 65, p. 28-39, jan./abr., 2016.

SILVA FILHO, G. M.; LEITE FILHO, P. A.; PEREIRA, T. R. L. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, art. 5, p. 50-60, set./dez., 2015.

SOUSA NETO, J. A.; et al. Juros Sobre Capital Próprio como forma de remuneração de acionistas: um estudo sobre o conflito de agência e as práticas de planejamento tributário. **Revista de Administração da FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 90-108, out./dez., 2014.

VELLUCCI, R. G. Os Desafios da Implantação do eSocial. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 12, n. 1 p. 67-81, 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos e técnicas em administração**. São Paulo: Atlas, 1999.

VEY, I. H.; BORNIA, A. C. Reorganização societária como forma de planejamento tributário: um estudo de caso. **RACE**, Unoesc, v. 9, n. 1-2, p. 323-344, jan./dez., 2010.

YOUNG, L. H. B. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: Juruá Editora, 2009.

## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO – PERCEPÇÃO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO AO SPED

Prezado(a) participante,

Este questionário é parte do trabalho de conclusão de curso do graduando em Ciências Contábeis Felipe Nascimento Ladeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pedimos sua colaboração para a pesquisa, respondendo as questões que são relativas ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que levará em média 8 minutos.

Destacamos que as respostas coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins didáticos e que o participante de modo algum será identificado.

Vale ressaltar que sua colaboração é de extrema relevância para os resultados da pesquisa, podendo ser parte do processo. Por isso agradecemos sua participação!

#### BLOCO I – DADOS PESSOAIS

1) Idade: \_\_\_\_\_

2) Sexo:

( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outros: \_\_\_\_\_

3) Período que está cursando:

- |                |       |       |             |
|----------------|-------|-------|-------------|
| ( ) 1          | ( ) 2 | ( ) 3 | ( ) 4       |
| ( ) 5          | ( ) 6 | ( ) 7 | ( ) 8 ( ) 9 |
| ( ) Indefinido |       |       |             |

4) Atuação profissional:

- ( ) Nunca trabalhei e/ou estagiei na área de contabilidade
- ( ) Já trabalhei e/ou estagiei de 1 a 5 anos na área de contabilidade
- ( ) Já trabalhei e/ou estagiei de 5 a 10 anos na área de contabilidade
- ( ) Atualmente trabalho e/ou estagio na área de contabilidade

5) Caso já tenha trabalhado e/ou estagiado ou ainda trabalhe e/ou estague na área de contabilidade, indique qual área:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- ( ) Departamento Pessoal
- ( ) Setor Fiscal
- ( ) Setor Contábil
- ( ) Gestão Financeira
- ( ) Auditoria
- ( ) Docência no Ensino Superior ou Técnico
- ( ) Gerencial (Contabilidade gerencial, de custos, orçamento, planejamento, etc)
- ( ) Perícia
- ( ) Planejamento Tributário
- ( ) Contabilidade Pública
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

6) Caso já tenha trabalhado e/ou estagiado ou ainda trabalhe e/ou estague na área de contabilidade, indique qual tipo de empresa:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- ( ) Empresa de prestação de serviços contábeis
- ( ) Autônomo na prestação de serviços contábeis
- ( ) Consultoria relacionada à contabilidade
- ( ) Micro ou pequena empresa
- ( ) Empresa de médio porte
- ( ) Empresa de grande porte ou multinacional
- ( ) Estatal, autarquia, fundação, ONG
- ( ) Instituição de Ensino
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

## BLOCO II – CONHECIMENTOS TRIBUTÁRIO E TRABALHISTA

7) Quais disciplinas relacionadas à tributação e obrigações trabalhistas você já cursou:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- ( ) Gestão e Legislação Tributária  
 ( ) Planejamento tributário  
 ( ) Ainda não cursei disciplinas relacionadas com tributação  
 ( ) Outras: \_\_\_\_\_

8) Julgue seu nível de conhecimento a respeito dos tributos e dos encargos sociais que seguem:

Marque um X em cada linha.

	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não conheço seu fato gerador e nem suas obrigações acessórias	Sei do que se trata e conheço seu fato gerador, mas não conheço suas obrigações acessórias	Conheço bem, desde o fato gerador até suas obrigações acessórias
IPTU					
ISS					
ITBI					
IPVA					
ICMS					
IPI					
IRPF					
IRPJ					
CSLL					
INSS					
FGTS					
SISTEMA S					
PIS/PASEP					
COFINS					

9) Quanto às **obrigações acessórias**, julgue seu nível de conhecimento:

Marque um X em cada linha.

	Não conheço	Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	Sei do que se trata, mas não sei como se dá o preenchimento, nem sua transmissão ao fisco	Sei do que se trata e como preencher, mas não sei como é realizada sua transmissão ao fisco	Conheço bem, assim como o preenchimento e sua transmissão
Demonstrações contábeis					
Livro Diário					
Livro Razão					
Livro Registro de Entrada Livro Registro de Saída					
Livro Registro de Apuração do IPI					
Livro Registro de Apuração do ICMS					
GFIP					
RAIS					
CAGED					
NOTA FISCAL					
DIPJ					
LALUR					

**BLOCO III – CONHECIMENTOS SOBRE SPED**

10) Sobre o SPED, você:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- ( ) Obteve conhecimentos na Universidade  
 ( ) Obteve conhecimentos no mercado de trabalho  
 ( ) Não conhece o SPED  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_

11) Já participou de algum curso, encontro, seminário, treinamento, palestra ou outros eventos sobre o SPED?

- ( ) Sim ( ) Não

12) Se a resposta acima for "SIM", assinale o tipo de participação:

Poderá ser marcada mais de uma resposta.

- ( ) Congressos, seminários, encontros, etc.  
 ( ) Palestras informativas sobre SPED  
 ( ) Palestras técnicas sobre SPED  
 ( ) Treinamento sobre SPED  
 ( ) Treinamento para utilização de softwares para o SPED  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_

13) Já estudou sobre o SPED em alguma disciplina da faculdade?

- ( ) Sim ( ) Não

14) Se a resposta da pergunta anterior for "SIM", indique em qual disciplina:

\_\_\_\_\_

15) Algum professor já falou sobre o SPED em sala de aula, mesmo não tendo o assunto na ementa da disciplina?

- ( ) Sim ( ) Não

16) Se a resposta da pergunta anterior for "SIM", indique em qual disciplina:

\_\_\_\_\_

17) Em relação aos módulos do SPED listados abaixo, julgue seu nível de conhecimento:

Marque um X em cada linha.

	Desconheço totalmente	Conheço parcialmente	Conheço totalmente	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica				
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica				
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica				
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico				
ECD: Escrituração Contábil Digital				
ECF: Escrituração Contábil Fiscal				
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições				
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI				
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída				
e-Financeira				
e-Social				
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais				

18) Já trabalhou com algum módulo do SPED citado acima? ( ) Sim ( ) Não

19) Se a resposta da pergunta anterior for "SIM", qual módulo e por quanto tempo trabalhou?



20) Na sua opinião, você se considera preparado (a) para atuar com os seguintes módulos do SPED no mercado de trabalho?

Marque um X em cada linha.

	Totalmente despreparado	Parcialmente preparado	Totalmente preparado	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica				
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica				
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica				
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico				
ECD: Escrituração Contábil Digital				
ECF: Escrituração Contábil Fiscal				
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições				
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI				
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída				
e-Financeira				
e-Social				
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais				